



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS DEMITE 38 FUNCIONÁRIOS DE CARREIRA

Sindicato dos Empregados na Administração Portuária recorreu ao Ministério da Infraestrutura para reverter decisão e não descarta recorrer à Justiça

Por Fernanda Balbino

A Autoridade Portuária de Santos demitiu, nesta sexta-feira (3), 38 funcionários de carreira. O Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport) recorreu ao Ministério da Infraestrutura para evitar as demissões e não descarta recorrer à Justiça, caso os trabalhadores se sintam lesados.

A notícia de que os trabalhadores seriam demitidos surgiu nesta semana, após uma reunião com o corpo gerencial da empresa. Superintendentes e gerentes foram os responsáveis pela escolha dos profissionais desligados.

Os profissionais demitidos representam cerca de 4% do total de empregados da estatal. Todos tinham salário superior a R\$ 32 mil.

“Sabendo que temos empregados que querem ser desligados, por que antes desta definição, mandar sem justa causa outros empregados? Consideramos um ato de extrema injustiça”, afirmou o presidente do Sindaport, Everandy Cirino dos Santos.

O sindicalista se refere ao pedido feito à Autoridade Portuária para a reabertura do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). Ao todo, 239 funcionários, 15,1% do efetivo da estatal, deixarão a empresa até o dia setembro.

O prazo para adesão foi encerrado no final de maio, mas ainda há pessoas que gostariam de aderir, segundo o sindicato. Ao todo, R\$ 4 milhões serão economizados mensalmente com folha de pagamento dos profissionais que aderiram ao desligamento voluntário.

“Temos que registrar o nosso profundo pesar pelo ato arbitrário de demitir funcionários no meio da pandemia sem ser por justa causa”, afirmou Cirino.

O sindicalista pretende recorrer ao Ministério Público Federal (MPF) e à Justiça, na segunda-feira. E também não descarta uma manifestação na sede Autoridade Portuária, além da paralisação de atividades. Tudo dependerá da decisão tomada com os trabalhadores demitidos.

“Somando gerentes e superintendentes, são 24 cargos ocupados por pessoas de fora. Se a justificativa é reduzir custos, não faz sentido manter esse pessoal. O ministro fala sobre a geração de empregos no Porto, mas a Autoridade Portuária demite. Qual é o sentido disso?”, questiona Cirino.

Procurado, o Ministério da Infraestrutura informou que a questão é de responsabilidade da Autoridade Portuária de Santos.

Já a estatal que administra o cais santista informou, em nota, que “tomou esta decisão em vista da necessidade de readequar a estrutura da Companhia a um novo cenário que envolve a sua desestatização e altos desembolsos que exigirão um esforço de caixa adicional nos próximos anos”.

A empresa informou que, entre os principais desembolsos, estão recursos destinados aos próprios trabalhadores: equacionamento do fundo de pensão complementar Portus e o PIDV.

“A seleção dos funcionários desligados foi feita por meio de uma metodologia elaborada de forma que os princípios de impessoalidade e eficiência da administração pública fossem preservados. Foram levados em conta a necessidade de pessoal em cada área, as atribuições exercidas nos últimos meses, o custo mensal desses funcionários, cuja média é superior a R\$ 32 mil por mês, e o fato de a maioria dos dispensados encontrar-se aposentada e ser beneficiária do Portus”, informou a empresa, em nota.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 03/07/2020

FREDERICO BUSSINGER: POLIGONAL PORTUÁRIA - QUAL A RELEVÂNCIA?

A poligonal é a fronteira, bem definida, de dois regimes de exploração portuária que, apesar de poderem ser contíguos geograficamente, são muito distintos

Por Frederico Bussinger 03.07.20 15h51

O Porto Organizado de Santos tem nova poligonal, dois anos após a respectiva Audiência Pública (12/ABR/18). Antes foi a de São Sebastião, que com ele compartilha a licitação do BNDES, em curso, para estudos de desestatização da administração portuária - AP. A de Itajaí, também em estudo, integrara o pacote de 16 portos cujas poligonais foram revistas em JUL/19.

A revisão da poligonal de cada porto tem suas especificidades: as santistas estão pontuadas no release do Ministério da Infraestrutura - MINFRA, base para a cobertura da imprensa. Mas, na verdade, esse processo, iniciado pela Secretaria Especial de Portos - SEP, pouco depois da Lei dos Portos vigente, tornou-se imprescindível para “resolver” um imbróglio por ela mesma criado: TUPs passaram a não poder integrar os portos organizados (art. 2º - IV); enquanto que pela lei de 93 o podiam. E havia/há vários deles.

Um imbróglio, aliás, à primeira vista incompreensível: sendo inequívoco, a partir da nova Lei, que TUPs (como DPW, Brites e Santorini, destacados na reportagem de A Tribuna) podem movimentar cargas de 3º, uma função de característica “pública”, por que impedi-los de integrar portos organizados?

“Porto organizado” é expressão que abarca diversas dimensões: i) três instituições (autoridade-administradora; Conselho de Autoridade Portuária - CAP e Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO) na sua dimensão jurídico-administrativa; e ii) “área do porto organizado” é o rebatimento do jurídico-administrativo sobre o território: “poligonal”, sua envoltória, é um termo/conceito introduzido pela Lei nº 12.815/13 (§ 6º do art. 6º) que, talvez pela inovação, hoje é mais usado que aquele.

Em termos práticos essa poligonal formaliza a nova área geográfica de atuação da Santos Port Authority – SPA (ex-CODESP); do CAP e OGMO santistas. E, por contraste, o que fica fora de suas esferas de competência. Do ponto de vista do modelo, do futuro das desestatizações e direcionamento de investimentos privados em portos, todavia, o mais importante papel das poligonais é estabelecer a fronteira entre dois universos (talvez por isso aponta-se a iniciativa como pró-segurança jurídica!): quem é outorgado via arrendamento (sub-concessão) e quem o é por autorização; quem precisa se submeter a licitação/leilão e quem não; com e sem prazo (para exploração); com e sem bens reversíveis; os que dependem do OGMO ou não; os que devem pagar as “tarifas universais” das Tabelas Tarifárias e os que nem sempre; heteronomia que resultou em algumas disputas, inclusive uma recente em Santos que envolveu Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e chegou ao TRF-3.

Enfim, a poligonal é a fronteira, bem definida, de dois regimes de exploração portuária que, apesar de poderem ser contíguos geograficamente, são muito distintos; com bem o identificou o recente relatório do Tribunal de Contas da União - TCU.

A poligonal segmenta, inclusive, o escopo de planejamento: quando inicialmente concebidos, os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ eram para ser o plano estratégico do respectivo porto organizado. Como, em Santos, Estuário e Porto Organizado praticamente se confundiam, não havia dúvida quanto às áreas; desde o primeiro plano, de 1897. Mas já não é mais assim, apesar do intrigante § 2º, art. 11 da recente Portaria-MINFRA nº 61 (que faculta aos PDZs

abrangerem “áreas fora do porto organizado” e “que não estejam sob gestão da Autoridade Portuária”).

Menos mal que os Planos Mestres, competência do Poder Concedente, criados no início da década como instrumento para minimizar os papéis dos PDZs, por essa mesma portaria instituiu o conceito de “complexo portuário” (art. 2º; I) que, em Santos, é o Estuário... voltando-se à origem.

No médio prazo vislumbra-se que o PDZ pode passar a papel específico (se não deixar de existir); enquanto o Plano Mestre venha a assumir função de planejamento estratégico com escopo que verdadeiramente faz sentido.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 03/07/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS LOCAL PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E REALIZAÇÃO DOS LEILÕES DAS ÁREAS STS14 E STS14A TEM NOVO ENDEREÇO

Entrega da documentação será no dia 24/08, e as sessões públicas dos leilões no dia 28 de agosto



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/STS14-e-STs14-A2-768x343.png>

Fotos: Áreas STS14 e STS14A – Google Earth e (capa) Sérgio Furtado – Imagens Aéreas.

A Comissão Permanente de Licitação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – CPLA/ANTAQ publicou no Diário Oficial da União desta sexta-feira (3) a alteração do

local para recebimento da documentação e da realização das sessões públicas dos leilões das áreas STS14 e STS14A, localizadas no Porto de Santos, que a Autarquia realizará na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, em agosto próximo, em São Paulo. O novo endereço é Praça Antonio Prado nº 48, Centro, São Paulo – SP. CEP 01010-901, e não mais nas instalações da B3 localizadas na Rua XV de Novembro nº 275, que está em obras.

De acordo com o cronograma, em 24/08, das 10h às 13h, a CPLA e a B3 estarão recebendo os documentos exigidos para participação nos leilões, ou seja, todas as vias dos volumes relativos às declarações preliminares, documentos de representação e garantia de proposta (Volume 1) e proposta pelo arrendamento (volume 2). No dia 28, a partir das 10h, ocorrerão as sessões públicas.

Os editais com os requisitos e demais condições de participação nos leilões do STS14 e do STS14A podem ser obtidos no endereço eletrônico do Ministério da Infraestrutura (<http://www.infraestrutura.gov.br/>) e da ANTAQ (<http://www.antaq.gov.br/>), estando disponibilizados, ainda, na sede da Agência, localizada no endereço: SEP/NT, Quadra 514, Conjunto “E”, Edifício ANTAQ, Asa Norte – Brasília/DF.

As licitações

As duas áreas ficam localizadas na região da Ponta da Praia e são destinadas à movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente celulose. O lote STS14 possui 44.550m² e o STS14A, 45.177m². Ambos serão atendidos por três berços de atracação contíguos, contam com conexões rodoviárias e estão localizados ao lado das linhas férreas do porto.

Para a área STS14, o prazo contratual será de 25 anos, com receita bruta global estimada de R\$ 2,190 bilhões. Os investimentos a serem feitos pelos futuros arrendatários atingem R\$ 186,8 milhões. A movimentação no período contratual alcançará 40 milhões de toneladas.

Em relação à área STS14A, o prazo contratual também será de 25 anos, com receita bruta global estimada igualmente de R\$ 2,190 bilhões. Os investimentos por parte dos futuros licitantes alcançam em torno de R\$ 192,9 milhões. A movimentação no período contratual deverá chegar a 53 milhões de toneladas.

*Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data : 06/07/2020*

ANTAQ DIVULGA EDITAL PARA PROCESSO CONTINUADO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO

ANTAQ divulga Edital para processo continuado de seleção de estagiário de nível médio, superior e de pós-graduação. As vagas, à medida de que forem surgindo, serão divulgadas site da Agência de Integração Empresa Escola – Agiel.

CLIQUE ABAIXO PARA VER O EDITAL

<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Edital-10.2020-ANTAQ.pdf>

O candidato à vaga de estagiário deverá ter os seguintes requisitos para participação:

- Estar regularmente matriculado e frequente em um dos cursos correspondentes às vagas de estágio da ANTAQ disponibilizadas no site www.agiel.com.br.
- Preencher todos os pré-requisitos exigidos na descrição das vagas de estágio disponibilizadas.
- Ter pelo menos 16 anos completos na data do início do contrato de estágio.
- Não ser o candidato cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, consanguíneo ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de servidor ocupante de cargo comissionado na ANTAQ.

Para a inscrição, o candidato deverá seguir os trâmites abaixo:

- A inscrição do estudante implicará o conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas no Edital, dos pré-requisitos presentes em cada vaga disponibilizada, da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia bem como da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.
- **O estudante interessado em participar do processo seletivo deverá cadastrar o currículo no site www.agiel.com.br**
- Estudantes que já tenham cadastrado seus currículos deverão obrigatoriamente atualizá-lo para, em seguida, realizar sua inscrição no processo seletivo.
- As inscrições serão abertas exclusivamente, via internet, e serão efetivadas a partir da candidatura do estudante à vaga de seu interesse, dentre aquelas ofertadas pela ANTAQ.
- As vagas com processos seletivos abertos serão paralisadas sempre que forem registradas as 10 primeiras candidaturas.
- A partir dessa paralisação, será criada uma lista de espera com os candidatos interessados.
- Caso nenhum dos 10 primeiros estudantes que se candidataram à vaga sejam aprovados, serão convocados os estudantes remanescentes da lista de espera.

*Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data : 06/07/2020*

ANTAQ REALIZA HOJE (6) AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL SOBRE ARRENDAMENTO DE ÁREA NO PORTO DE FORTALEZA

Interessados poderão enviar contribuições pelo “Whatsapp”



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Porto-de-Fortaleza-1024x768.jpg>

Terminal a ser licitado em Fortaleza

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ realizará hoje (06) audiência pública virtual sobre os documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, especialmente trigo em grãos localizado no Porto Organizado de Fortaleza/CE, denominado área

MUC01. A audiência terá início às 15h e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 18h o horário limite para encerramento.

Os interessados em se manifestar na audiência se inscreverão pelo aplicativo de mensagens “Whatsapp” no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 10h às 14h. Os interessados poderão enviar sua contribuição por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito no “Whatsapp”.

Quem quiser participar também poderá se manifestar entrando na sala de reunião criada no aplicativo “Microsoft Teams”. Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico de login no “Teams” para ser convidado a entrar na sala na sua vez.

Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta “Teams”, será disponibilizada uma segunda conexão ao final de todas as contribuições. O ideal é o interessado encaminhar sua contribuição pelo “Whatsapp”.

Toda a sessão virtual será transmitida via streaming, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no “Youtube”. O link da transmissão é: <https://youtu.be/a75DyhQVUHq>

Consulta pública

A consulta pública para recebimento de contribuições, subsídios e sugestões para esta proposta de resolução normativa está em andamento. Os interessados poderão dirigir suas sugestões à ANTAQ até às 23h59 do dia 22/07/2020, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no sítio <http://portal.antaq.gov.br>.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos objeto desta audiência pública, estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: portal.antaq.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/audiencia-publica-2/

Será permitido, exclusivamente através do e-mail: anexo_audiencia082020@antaq.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

O terminal

Com 6.000m², a área denominada MUC01 é destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, especialmente trigo em grãos. Os investimentos previstos a serem feitos pelos arrendatários ao longo dos 25 anos do contrato somam R\$ 56,7 milhões. O valor global do

contrato/receita bruta total é de R\$ 516,6 milhões. Os futuros arrendatários do terminal pagarão à autoridade portuária pelo uso da área o valor mensal de R\$ 63.231,54 e mais R\$ 1,54 por tonelada movimentada.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 06/07/2020

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL Nº08/2020: LINK DE TRANSMISSÃO E LISTA DE INSCRITOS

Audiência Pública nº08/2020 – Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, especialmente trigo em grãos, localizada no Porto Organizado de Fortaleza/CE, denominada área MUC01.

Link de Transmissão: <https://youtu.be/a75DyhQVUHq>

Início da Transmissão: 15h

Período de Inscrição: 10h – 14h

Lista de Inscritos: https://docs.google.com/spreadsheets/d/e/2PACX-1vQasXW-6TFVAokOTp34Z8d1APqiJ7by70q-UF6UoeVHw_Bwy8enS7y1yDf8KVTHEP-k9_D89psnNOW-/pubhtml?qid=762045697&single=true

Forma de Inscrição: Os interessados em se manifestar na audiência deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens “Whatsapp”, no número (61) 2029-6940

Formas de Contribuição: vídeo, áudio ou via aplicativo “WhatsApp”

A participação pode ser também realizada entrando na sala de reunião criada no aplicativo “Microsoft Teams”. Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico de login no “Teams” para ser convidado a entrar na sala na sua vez.

Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta “Teams”, será disponibilizada uma segunda conexão ao final de todas as contribuições. O ideal é que o interessado encaminhe sua contribuição via “WhatsApp”.

IMPORTANTE: Toda a sessão virtual será transmitida via streaming, gravada e disponibilizada no canal do YouTube da ANTAQ: [Observatório dos Transportes Aquaviários](#)

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 06/07/2020

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

RETOMADA DO TRANSPORTE PRIVADO: STARTUP REGISTRA CRESCIMENTO DE 47% NA MÉDIA DE QUILÔMETROS

Assessoria de Comunicação

Kovi oferece descontos agressivos para motoristas de aplicativo alugarem carros

Entre abril e junho, a Kovi, a maior startup de aluguel de veículos para motoristas de aplicativo registrou aumento na procura de aluguel de carros nos pedidos de cadastro no site, contatos em seus canais de atendimento e em suas redes sociais. A startup atua em duas cidades: São Paulo e Porto Alegre, que tiveram respectivamente 47% e 68% de crescimento na procura. Com a abertura gradual da economia, a Kovi pratica o menor preço do mercado, e registrou aumento no Km rodado, refletindo no aumento de pedidos de aluguel pelos motoristas de aplicativos de transporte. A aposta na retomada já é uma realidade. "Estamos vendo a busca por cadastros subir e também o aumento de quilometragem rodada", diz Adhemar Milani Neto, CEO da Kovi.



https://portogente.com.br/images/600_transporte_p%C3%BAblico.jpg
Transporte Público

Os pacotes promocionais valem não só para novos motoristas como para os que já são da base. "Não faz sentido criar promoção somente para quem entra agora, uma vez que o momento representa um sério recomeço para nossos motoristas da base que se mantiveram conosco durante o isolamento social", completa.

Hoje em São Paulo mais de 30% da base de motoristas está já rodando mais do que 700 km por semana, esse número dobrou desde o início do isolamento social. Em Porto Alegre esse aumento foi ainda maior, e 45% dos motoristas estão rodando mais de 700 km.

O cenário atual aponta que o transporte privado por aplicativos e individual deve aumentar nos próximos meses. "A Kovi acredita que a mobilidade urbana está em constante evolução, acompanhando outros países, entendemos que por questões sanitárias, as pessoas vão optar por se locomover através de serviços de transporte privado via aplicativo, bem como o uso de bicicletas e patinetes," diz Adhemar.

Os preços da Kovi são os menores do mercado e os descontos levam em conta a quilometragem rodada pelo motorista na semana: Para rodar de 0 a 300km por semana, o motorista paga apenas R \$ 150 por semana. De 301km a 700km, o pacote custa R \$ 220. De 700km a 1.250km, motorista paga R \$ 269,00 e pacote de km ilimitado sai por R \$ 329. Esses novos preços do Desconto por KM Rodado entram no dia 4 de julho e são válidos até 10 de agosto. Para alugar um carro da startup, o processo é simples e 100% online. O motorista precisa se cadastrar no site da Kovi, www.kovi.com.br, a startup analisará os documentos após essa etapa, deve-se escolher o plano que melhor atende as necessidades, efetuar pagamento, e agendar o horário de retirada do veículo do pátio.

Fonte : Portal Porto Gente
Data : 06/07/2020

PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA CRESCE 15,6% EM MAIO

Redação Portogente

Segundo a Abinee, desempenho positivo ocorre após três quedas consecutivas

A produção da indústria elétrica e eletrônica cresceu 15,6% em maio na comparação com o mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal, conforme dados divulgados pelo IBGE agregados pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Esse incremento ocorreu após três quedas consecutivas.

Desde fevereiro, a produção de bens eletrônicos já estava sendo prejudicada pelos problemas no recebimento de materiais, componentes e insumos da China. As medidas de isolamento social devido à chegada da Covid-19 no Brasil, por sua vez, impactaram a produção industrial a partir da última semana do mês de março, afetando o mês inteiro de abril.

Segundo o presidente executivo da Abinee, Humberto Barbato, o desempenho da produção ocorreu em função do retorno da atividade de algumas unidades industriais. Mesmo com o aumento verificado no mês de maio de 2020, a produção do setor ficou muito abaixo do verificado em maio do ano passado (-33,9%), com fortes quedas na área elétrica (-36,5%) e na eletrônica (-31,1%).

Segundo Barbato, embora o resultado esteja aquém de 2019, nesse cenário de pandemia, o olhar deve se voltar à evolução mês a mês. "Inevitavelmente, a retomada será gradual e esperamos que esse seja o primeiro passo", ressalta.

Acumulado do ano

No acumulado de janeiro a maio de 2020, a produção industrial do setor eletroeletrônico recuou 16,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Esse resultado decorreu tanto da queda de 16,8% da área eletrônica, quanto da retração de 16,0% da área elétrica.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 06/07/2020

PARA ONDE QUEREM LEVAR OS PORTOS BRASILEIROS?

Editorial Portogente

Portos de decisões centralizadas, em Brasília, jamais atingem patamares dos portos asiáticos.

Sem liderança para realizar a transição de modelo necessária, a atual diretoria do Porto de Santos insiste em piorar a situação já precária da pseudo- autoridade portuária. Em pouco mais de um ano, um dos seus diretores foi acusado de impropriedades, presidente foi defenestrado esquisitamente e sem os esclarecimentos devidos. A atual diretoria meia boca, incompleta, mete os pés pelas mãos e cria mais uma crise. Após empregar gente por relações pessoais e políticas em cargos bem remunerados, demitiu funcionários de carreira competentes com alegação de corte de despesas.

Não menos rumoroso, o traçado da poligonal, que define a área do porto organizado e público de Santos, afronta a sua comunidade portuária. Sabe-se lá o porquê, esta diretoria excluiu desta poligonal e isenta de taxas e obrigações o terminal da DP World. Isto quebra a isonomia no estuário em relação aos demais terminais portuários e promove desvantagem competitiva. Qual a justificativa devida para outorgar um privilégio a um membro de uma comunidade pública?

Esse clima de confronto e favorecimentos desfavorece sobremaneira o bom andamento desejável do longo processo de desestatização dos portos de Santos e São Sebastião, ambos no litoral paulista. O Brasil não pode errar e precisa avaliar a dimensão do papel econômico desses portos. O de Santos como líder na movimentação; o de São Sebastião na logística do petróleo e no cluster do Vale do Paraíba. Portanto, é imperativo que os formuladores das políticas portuárias desses, e demais portos, tenham diálogos com as partes interessadas nos setores portuário, marítimo e suas comunidades urbanas.

Entidades gestoras de portos modernas têm que fazer mais do que apenas administrar áreas portuárias - muito menos sem isonomia - e cuidar da segurança náutica. Elas têm um gama mais amplo de tarefas que adiciona valor para a comunidade portuária, à cadeia logística, aos negócios e comércio em geral, no contexto corporativo e ambiental em que portos operam. Em última instância, criar uma estrutura flexível para a organização de serviços portuários e elevar o perfil do porto.

O clima de pandemia e de juros baixos tem sido propício para negociar acordos comerciais favoráveis a investidores do Hemisfério Norte. O Brasil é pujante em oportunidades, inclusive em áreas portuárias. Ledo engano achar que a administração portuária brasileira não corresponde aos requisitos de um aquecimento do comércio internacional.

O que estorva a produtividade dos portos brasileiros são as diretorias por indicações políticas e a descentralização das decisões relativas aos portos.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 06/07/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

BNDES PRORROGA LINHA DE CRÉDITO PARA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA, COM MAIS R\$ 5 BI

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) anunciou na manhã deste sábado, 4, a prorrogação da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas até 31 de dezembro, com orçamento ampliado em mais R\$ 5 bilhões. O orçamento da BNDES Crédito Pequenas Empresas já tinha sido ampliado em R\$ 5 bilhões, ainda em março, no primeiro conjunto de medidas do banco de fomento para mitigar a crise causada pela pandemia de covid-19. A nova ampliação foi decidida após os R\$ 5 bilhões da ampliação de março terem sido totalmente contratados.

Segundo o BNDES, desde março, foram aprovadas 16.318 operações com 15.094 empresas, que empregam 372.800 pessoas. “A média do valor do empréstimo por operação ficou em torno de R\$ 318 mil. O principal setor econômico contemplado foi o de comércio e serviços, com 79,7% dos recursos, seguido pelo de indústria de transformação (19,5%), agronegócio (0,7%) e indústria extrativista (0,1%)”, diz a nota, divulgada neste sábado pelo BNDES.

Com foco no financiamento de capital de giro, a BNDES Crédito Pequenas Empresas é operada indiretamente. As empresas fecham os empréstimos com bancos comerciais da rede repassadora do banco de fomento. Nessa linha específica, são 31 agentes financeiros atuando em todo o País.

A BNDES Crédito Pequenas Empresas já existia antes da crise da pandemia. Em janeiro, já tinha passado por uma ampliação, ao passar a aceitar pedidos de crédito de empresas com faturamento anual de até R\$ 90 milhões – até o ano passado, o limite era bem mais baixo, de R\$ 4,8 milhões. Em janeiro, o valor máximo dos empréstimos também foi elevado de R\$ 500 mil para R\$ 10 milhões a cada 12 meses.

Em março, já no contexto de enfrentamento da crise, passou a aceitar pedido de empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões. O banco de fomento também ampliou o valor máximo dos empréstimos R\$ 10 milhões para R\$ 70 milhões a cada 12 meses. A elevação desse limite acompanha a ampliação do faturamento máximo que a empresa deve ter para ser elegível aos financiamentos – quanto maior o porte da empresa, maior será sua necessidade de capital de giro.

Por outro lado, as condições de financiamento não mudaram em março, uma vez que já tinha havido uma ligeira redução de juros no início de fevereiro, também antes da pandemia. Quando foi lançado, em março de 2019, os empréstimos da BNDES Crédito Pequenas Empresas já tinham prazo máximo de cinco anos, com carência de até dois anos. Já o “spread” do BNDES (que entra na conta da taxa final de juros) era de 1,45% ao ano no desenho original, mas foi reduzido para 1,25% a partir de 3 de fevereiro deste ano. Ou seja, todas essas condições (prazo máximo de cinco anos, com carência de até dois anos, e “spread” de 1,25% ao ano) já estavam vigentes antes das ampliações de março, para enfrentar a crise.

Ao anunciar a nova ampliação da BNDES Crédito Pequenas Empresas neste sábado, o banco não informou sobre mudanças nas condições dos empréstimos. Na nota, a instituição de fomento ressalta que “as taxas de juros variam, pois são negociadas entre a empresa e o agente financeiro”. A média dos juros finais cobrados às empresas de todos os portes elegíveis na linha está em 11,23% ao ano, segundo o site do BNDES.

“O objetivo da linha nessa segunda etapa permanece o mesmo: oferecer recursos para o uso livre das empresas, de maneira simples e ágil, por meio dos agentes financeiros parceiros (cooperativas de créditos e bancos comerciais, públicos ou privados)”, diz a nota do banco.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 06/07/2020

VAMOS FAZER QUATRO GRANDES PRIVATIZAÇÕES EM ATÉ 90 DIAS, DIZ GUEDES EM ENTREVISTA



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2019/08/506c7d458ba1a8b4986b4b042d892d5b7f12b44d-768x432.jpg>

(Arquivo) O ministro da Economia, Paulo Guedes (Crédito: AFP)

O governo brasileiro fará quatro grandes privatizações em até 90 dias, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista neste domingo à CNN. “Vocês vão saber já, já. Estamos há um ano mapeando isso”, disse. Ele reconheceu que as privatizações, até agora, não caminharam no ritmo desejado. “A prioridade no início era Previdência, mudança de mix entre regime fiscal e monetário, e mudar trajetória dos salários do funcionalismo, que cresciam muito acima da inflação”, disse o ministro.

Guedes não quis detalhar quais serão as companhias privatizadas nesse curto prazo. Ao ser perguntado se os Correios estavam incluídos, ele respondeu: “Seguramente, não vou falar quando (será a privatização), mas seguramente”.

Na entrevista, Guedes também detalhou projetos para a indústria brasileira. Ele afirmou que as indústrias terão menos encargos e menos subsídios. O setor automotivo, por exemplo, terá crédito de curto prazo daqui até o final do ano com garantia matriz. Segundo o ministro, o governo atual mudará o que era feito em governos anteriores. “Guerra fiscal é suicida”, disse. “Estados se matam perdendo receita, indústria se perde correndo atrás de subsídio, e resultado é um desastre. Então não contem conosco para continuar no mesmo jogo equivocados que vocês (indústria automotiva) têm feito. Agora vai ser diferente.”

Guedes acredita que o novo cenário econômico é positivo para a indústria. “Vamos para impostos mais baixos, temos juros baixos e câmbio acima de R\$ 5, isso empurra Brasil em direção a vantagem comparativa”, afirmou. “Se conseguirmos exportar mais para a Ásia – não só a China -, o Brasil terá boom de crescimento extraordinário nos próximos anos. E nossa indústria vai resistir melhor do que hoje, porque hoje tem impostos excessivos e o clima de negócios não é próprio”.

5G

Guedes ressaltou o cenário geopolítico atual ao ser perguntado sobre a possibilidade de empresas chinesas servirem o Brasil na implantação das redes 5G. “Essa suspeição dos Estados Unidos e de parte do Ocidente em relação ao regime chinês (por causa, entre outros fatores, da covid-19) vem em momento ruim, justamente quando precisamos dar um salto na tecnologia”, disse ele. Por causa dessa suspeição, disse ele, os países ocidentais estão refletindo sobre os riscos de usar companhias chinesas.

Marcos regulatórios

O ministro da Economia afirmou, ainda, que projetos que tramitam no Congresso podem deslançar investimentos para a retomada econômica do País após a covid-19. “Como destravar investimentos? O exemplo foi o Congresso, que aprovou o projeto do saneamento”, disse na entrevista à CNN Brasil. “Agora vem a cabotagem, depois vem o setor elétrico, depois vem as

concessões e privatizações. Todas essas são novas fronteiras de investimento. Tem também a fronteira de gás natural”, completou.

Ele acredita que, de 60 a 90 dias, o País vai “surpreender o mundo” ao destravar investimentos, como surpreendeu ao aprovar a Reforma da Previdência.

Outra mudança necessária, de acordo com Guedes, é no setor de petróleo. “Se nenhuma das principais petroleiras do mundo compareceu ao leilão de concessão onerosa, tem alguma coisa errada”, afirmou. “Vamos ter de mudar o sistema de partilha, pois não funciona como deveria”, completou. Ele elogiou um projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que permite a escolha entre partilha ou concessão.

Essas mudanças seriam fundamentais, diz Guedes, porque, apesar de ter preservado os “sinais vitais” econômicos, o governo teria quebrado em nível federal, e segue rumo aos 100% da relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB).

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 06/07/2020

EM RECUPERAÇÃO, FATURAMENTO DA INDÚSTRIA CRESCE 11,4% EM MAIO

A retomada da atividade econômica após a paralisação provocada pela pandemia do novo coronavírus fez o faturamento da indústria crescer 11,4% em maio na comparação com abril. O crescimento consta da pesquisa Indicadores Industriais, divulgada hoje (6) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Este foi o primeiro crescimento em dois meses.

A alta foi, porém, insuficiente para compensar a queda no faturamento em março e em abril, quando a maior parte das fábricas interrompeu as atividades. Mesmo com a recuperação no mês passado, o faturamento real (corrigido pela inflação) está 18,2% abaixo do registrado em fevereiro e 17,7% do observado em maio de 2019.

Dois indicadores apresentaram crescimento em relação a abril. As horas trabalhadas na produção cresceram 6,6% em maio, e a utilização da capacidade instalada subiu de 67% para 69,6% na série dessazonalizada (que exclui o efeito de feriados). Apesar da reação, as horas trabalhadas estão 18,4% inferiores às de maio de 2019, e a utilização da capacidade instalada está 8,5 pontos percentuais abaixo do registrado no mesmo mês do ano passado.

Em nota, a CNI informou que o crescimento nos indicadores veio depois de dois meses de fortes quedas. Para a entidade, o resultado de maio indica que a pior fase da crise econômica decorrente da pandemia de covid-19 ficou para trás.

A recuperação da atividade, no entanto, não chegou ao mercado de trabalho. O nível de emprego recuou 0,8% em maio na comparação com abril, registrando o quarto mês seguido de encolhimento. A queda, no entanto, foi menor que no mês anterior. O indicador de emprego está 15,4% inferior ao de maio do ano passado.

A massa salarial e o rendimento médio reais (corrigidos pela inflação) pagos aos trabalhadores da indústria tiveram retração pelo segundo mês consecutivo. A massa salarial caiu 8,1%, enquanto o rendimento médio encolheu 6,5% em relação a abril.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 06/07/2020



EXTRA ONLINE

EM MENSAGEM AO MERCADO EXTERNO, MOURÃO DIZ QUE COMPROMISSO BRASILEIRO COM A AMAZÔNIA É 'INABALÁVEL'

Por Victor Farias



<https://extra.globo.com/incoming/24517903-c37-7c5/w640h360-PROP/xqueimada-na-amazonia.jpg.pagespeed.ic.Qd8zfqXCAq.jpg>

Queimada criminosa destrói área de floresta em Machadinho do Oeste (RO), em foto de setembro de 2019
Queimada criminosa destrói área de floresta em Machadinho do Oeste (RO), em foto de setembro de 2019
Foto: Ricardo Moraes / Reuters

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou nesta segunda-feira que o governo brasileiro não vai "deixar que ilegalidades prosperem" na Floresta Amazônica, em mensagem enviada ao "resto do Brasil" e "para o mundo". A fala foi dada em entrevista ao canal Terra Viva, sobre o projeto de lei que regulamenta a ocupação de terras em propriedades da União localizadas na Amazônia.

— Nós entendemos perfeitamente a nossa responsabilidade, não vamos fugir dela e queremos deixar muito claro para o restante do Brasil e para o mundo, como um todo, que nós não vamos, em nenhum momento, deixar que ilegalidades prosperem no seio da nossa Amazônia — afirmou.

Mourão defendeu a aprovação do projeto do deputado Zé Silva (PSDB-MG), elaborado após a Medida Provisória do governo que tratava do tema perder validade. O texto do parlamentar, no entanto, foi substituído pelo relatório do deputado Marcelo Ramos (PL-AM), com alterações que desagradaram o governo.

Em movimento capitaneado pelo secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, o governo exigiu mudanças para permitir a legalização de grandes terras sem a necessidade de vistoria. Além disso, parlamentares foram pressionados por empresas e organizações estrangeiras. Há a ameaça de boicote em várias frentes contra o Brasil, pois a medida é vista como uma ameaça à preservação da floresta. Sem consenso, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tirou o texto da pauta da Câmara.

O vice-presidente disse que a regularização das terras é um "passo gigantesco" para identificar as pessoas que estão trabalhando "fora daquilo que prescreve a legislação" e para "aumentar a produtividade da região sem precisar derrubar uma árvore sequer".

— Hoje, por não ter um título de terra, essas pessoas não têm acesso a financiamento, não têm acesso a assistência técnica rural, ou seja, continuam trabalhando como se tivessem ainda no século XIX — afirmou.

De acordo com Mourão, não adianta "única e exclusivamente a repressão, a fiscalização".

— Se nós não tivermos os mecanismos e os instrumentos que deem capacidade para as pessoas que estão na terra terem sua titulação nós continuaremos em um eterno jogo de gato e rato na busca de impedir que ilegalidades ocorram — defendeu.

PREOCUPAÇÃO INTERNACIONAL

Na semana passada, um grupo de ministros, capitaneados por Mourão, começou a elaborar uma estratégia de comunicação para melhorar a imagem do Brasil no exterior. A ideia é preparar respostas a uma carta redigida por investidores de nove países que, juntos, administram US\$ 3,7 trilhões, demonstrando preocupação com uma série de temas relacionados ao governo brasileiro, como o desmatamento da Amazônia.

Além da pressão de investidores, o Brasil tem sido alvo de críticas de governos parceiros na questão ambiental. Nesta segunda, o presidente da França, Emmanuel Macron, suspendeu discussões sobre livre comércio entre Mercosul e União Europeia em parte por causa postura do governo brasileiro em relação ao tema.

A Amazônia é um dos temas delicados a serem tratados com os investidores - que na carta chegaram a pedir reuniões com representantes do governo brasileiro. Ainda mais em uma época

de estiagem, propensa a queimadas na floresta, como ocorreu em meados do ano passado, quando o Brasil foi alvo de críticas no mundo inteiro.

Fonte : Extra Online

Data : 06/07/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS ESPERA CHEGAR A ACORDO COM ODEBRECHT PARA VENDER BRASKEM EM SEIS MESES

Estatual já está pronta para se desfazer de suas ações na BR Distribuidora, disse presidente da companhia

Por Bruno Rosa



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24261283-34ef20/FT1086A/652/x84090296_BSBBrasiliaBrasil13-08-2019Comissao-de-Servicos-de-Infraestrutura-CI-do-Senado.jpg.pagespeed.ic.8kHwu-7lqj.jpg

Presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, reavalia projetos de médio e longo prazos da estatal Foto: Jorge William / Agência O Globo

RIO - O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que espera chegar a uma solução com a Odebrecht em seis meses

para iniciar o processo de venda de suas ações na Braskem. A estatal tem 47% do capital votante da gigante petroquímica. Castello Branco participou de uma live promovida pelo banco Citi na manhã desta segunda-feira.

A venda de ativos foi um dos principais tópicos da entrevista, mas ele não entrou em detalhes sobre a decisão da última quinta-feira, quando o Congresso recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir o processo de venda das refinarias pela Petrobras. Na semana passada, a Petrobras anunciou o início do processo de venda de subsidiária de biocombustível.

Pós-pandemia: Petrobras quer metade dos funcionários administrativos em 'home office' permanente

- Estamos discutindo com o nosso sócio Odebrecht um novo acordo de acionistas para permitir que a companhia converta ações preferenciais em ações ordinárias para depois ser capaz de vender as ações no mercado de capitais. Ainda temos um longo caminho. Espero que estejamos prontos em seis meses. Há alguns atrasos. Estamos acelerando as negociações para resolver o problema em Alagoas (onde alguns bairros afundaram por conta da produção de sal-gema) - disse Castello Branco.

Ele voltou a falar ainda sobre a venda as ações da Petrobras na BR, mas disse que ainda não há uma data. Atualmente, a estatal tem 37,5% das ações da BR Distribuidora:

- Estamos prontos para a BR, assim que as condições de mercado permitirem. Hoje, as condições não estão boas para o follow on (venda de ações) da BR -- afirmou Castello Branco.

Castello Branco: Divergência entre Petrobras e ANP trava venda da dona do gasoduto Brasil-Bolívia

Com a crise do coronavírus e a queda no preço do barril do petróleo, o executivo disse ainda que esta fazendo processo profundo de revisão de seus ativos. Ele explicou que o teste de estresse envolve o preço do petróleo a US\$ 35.

- Estamos revisando o nosso plano de investimento para os próximos anos. Estamos fazendo uma revisão completa do nosso portfólio - disse ele, lembrando que a estatal obteve uma linha de crédito de US\$ 8 bilhões e captou US\$ 1,5 bilhões em títulos (bonds) no mercado internacional.

Contingente: Petrobras tem adesão de 22% dos funcionários a programas de demissão voluntária

O executivo continuou:

- Estamos preparando a companhia para um cenário com o barril a preço baixo. O capital ficará mais escasso. Alguns projetos do pré-sal resistem a menos de US\$ 20 por barril. Estamos bem preparados para o futuro. Os melhores projetos serão implementados e outros serão adaptados.

Castello Branco destacou que a produção de petróleo segue normal e as exportações seguem em alta. Segundo ele, um milhão de barris de petróleo cru foram vendidos para o exterior por dia em abril.

Ainda segundo ele, haverá uma reeducação na produção de petróleo neste segundo semestre por conta de processos de manutenção de plataformas. O executivo explicou que, com a crise do coronavírus, algumas paradas de manutenção foram reprogramadas.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 06/07/2020

BOLSA SOBE MAIS DE 1,5%, APÓS DECLARAÇÕES DE GUEDES SOBRE PRIVATIZAÇÕES E EXTERIOR MAIS FAVORÁVEL

No Brasil, mercado projeta que indústria terá tombo de 8,1% em 2020. Dólar opera em alta, cotado a R\$ 5,34

Por Gabriel Martins

RIO — A semana começa positiva para o mercado acionário brasileiro. O Ibovespa (índice de referência da Bolsa de São Paulo) avançava 1,73%, aos 98.443 pontos.

As declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a venda de estatais, e resultados mais favoráveis para o varejo europeu potencializam os ganhos da Bolsa brasileira.

No câmbio, o dólar comercial inverteu a tendência de queda e sobe 0,56% cotado a R\$ 5,347. Na máxima, o dólar subiu a R\$ 5,35.

No domingo, em entrevista à CNN Brasil, Guedes declarou que o governo planeja a venda de quatro estatais nos próximos 90 dias, mas não citou quais empresas seriam.

Não é a primeira vez que a equipe econômica fala sobre privatizações e o andamento de reformas. Mas, na percepção dos analistas, o mercado está dando o "benefício da dúvida" a respeito do andamento das agendas de venda de estatais e reformas.

— O mercado já ouviu sinalizações anteriores sobre reformas e privatizações. Ontem, com a entrevista do ministro Guedes, esses assuntos voltaram ao foco.

No pregão desta segunda, observamos o mercado dando o benefício da dúvida a respeito das promessas.

O fato de o ministro ter dado prazo e quantidade de empresas a serem vendidas mostra que os objetivos estão mais claros — diz Raphael Guimarães, operador da RJ Investimentos.

Valor Investe: Bolsa empolga e busca por fundos de ações dispara no 2º tri; veja ranking

Assim, as ações das empresas públicas listadas na Bolsa sobem.

Os papéis da Eletrobras e do Banco do Brasil sobem, respectivamente, 0,80% e 2,73%.

A Petrobras também sobe nesta segunda, com suas ações ordinárias (ON, com direito a voto) e preferências (PN, sem direito a voto) tendo ganhos de, na ordem, 3,96% e 3,37%.

A estatal do petróleo também se beneficia do cenário externo mais favorável para os negócios.

— Após a entrevista do ministro Guedes, os investidores começaram a se mexer para antecipar possíveis ganhos com a venda de estatais.

O ministro não disse, porém, quais empresas públicas devem ser vendidas, então hoje as negociações seguem a famosa frase de que o mercado "sobe no boato e cai no fato" — avalia Lucas Carvalho, analista da Toro Investimentos.

Nesta segunda, a mídia estatal chinesa afirmou que, em um mundo remodelado pelo coronavírus, o país precisa de mais ganhos no mercado acionário para financiar uma economia digital em rápido desenvolvimento e fortalecer sua posição nas crescentes rivalidades de poderes. A declaração animou os investidores.

O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, disparou 5,67%. No Japão, o Nikkei subiu 1,83%.

Já na Europa, as vendas no varejo da zona do euro mostraram recuperação recorde em maio. Nos 19 países que usam o euro, as vendas subiram 17,8% em maio, na comparação com abril, informou a Eurostat. O avanço foi o mais forte desde o início da série histórica do indicador, em 1999.

O resultado se refletiu no bom humor dos índices acionários do continente europeu, que fechara em alta.

Em Paris (CAC) e Frankfurt (DAX) as altas foram de, respectivamente, 1,49% e 1,64%. Mesmo fora da zona do euro, a Bolsa de Londres (FTSE) avançou 2,09%.

— A China colocando o mercado de capitais como um dos indutores do crescimento, junto com dados mais positivos na Europa, contribuem para um viés positivo generalizado nos mercados globais. A tendência, para esta sessão, é de um pregão de ganhos — acrescenta Carvalho.

Indústria em queda

Internamente, os economistas consultados pelo Banco Central (BC) na elaboração do Boletim Focus voltaram a projetar que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil vai recuar 6,5% em 2020. Na semana anterior, a estimativa era de 6,54%.

Porém, em relação à produção industrial, as estimativas pioraram. O Focus indica que o setor deve recuar 8,1% em 2020. No início de junho, o Focus projetava que a indústria ia cair 5% neste ano.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), a projeção do Focus apresentou uma ligeira melhora. A projeção de queda passou de 6,54% para 6,5%.

No câmbio, o mercado acredita que o dólar vai encerrar o ano valendo R\$ 5,20

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 06/07/2020

LIGHT, ENEL E MAIS 48 DISTRIBUIDORAS ADEREM A SOCORRO AO SETOR ELÉTRICO E PEDEM R\$ 14,8 BI

Valor das operações terá impacto nas contas de luz a partir de 2021

Por Marcello Corrêa

BRASÍLIA - A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou nesta segunda-feira que 50 das 53 distribuidoras do país aderiram ao socorro ao setor elétrico aprovado pelo governo e pediram R\$ 14,8 bilhões em empréstimos. Light e Enel, que atendem ao estado do Rio, estão na lista.

O pacote de ajuda foi anunciado pelo governo para conter os efeitos da crise do coronavírus sobre o setor e evitar uma alta generalizada nas contas de luz neste ano.

O empréstimo, no entanto, terá impacto nas contas de luz a partir de 2021, ao longo de mais de cinco anos.

O valor aprovado em operações é menor que o que havia sido previsto pela Aneel, de R\$ 16,1 bilhões. A agência não informou quanto será emprestado a cada empresa, nem o impacto da medida sobre as tarifas dos consumidores.

De todas as distribuidoras do país, só Cooperaliança e João Cesa, de Santa Catarina, e Forcel, do Paraná, não aderiram ao pacote de ajuda.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 06/07/2020

GUEDES VOLTA A DEFENDER IMPOSTO SOBRE TRANSAÇÕES DIGITAIS E SE QUEIXA DE 'GUERRA DE NARRATIVAS'

Ministro quer criar tributo para substituir contribuição sobre salários e nega comparação com extinta CPMF

Por O Globo



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24470178-4db-874/FT1086A/652/x49988328077_72abebcda3_o.jpg.pagespeed.ic.ajmuM9iqFp.jpg

O ministro da Economia, Paulo Guedes, na reunião ministerial Foto: Marcos Corrêa/PR

BRASÍLIA - O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender neste domingo a criação de um imposto sobre transações financeiras para custear a desoneração da folha de pagamentos. Guedes se queixou do que considera uma interdição do debate, por

causa da comparação do sistema com a antiga CPMF.

— Ele (o novo tributo) tem uma base de incidência que traficante de drogas não escapa, traficante de armas não escapa, ninguém escapa, corruptos não escapam. Quando todos pagam, é possível com uma alíquota pequenininha desonerar a folha de pagamentos — afirmou o ministro, em entrevista à CNN.

A criação de um tributo enfrenta resistência no Congresso e até do presidente Jair Bolsonaro, que já se posicionou contra a ideia publicamente.

Mais cedo, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a Casa não pautará nenhum projeto nessa linha.

Reforma tributária ainda neste ano

Guedes afirma, no entanto, que há uma "guerra de narrativas" que prejudica o debate:

— Quando você fala que vai criar uma CPMF, você interditou um debate que não era esse. O debate era sobre transações digitais, sobre pagamentos, é um outro debate. É uma guerra de narrativas.

O ministro afirmou que o governo enviará ao Congresso uma proposta de reforma tributária abrangente e espera que a medida seja aprovada ainda neste ano:

— Eu acho que nós vamos aprovar uma reforma tributária este ano.

Fonte : *Jornal O Globo - RJ*

Data : 06/07/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

'O AGRONEGÓCIO NÃO PRECISA DA AMAZÔNIA PARA CRESCER', DIZ MINISTRA DA AGRICULTURA

Bancos brasileiros deveriam reduzir seus juros para o agro em vez de criticar políticas ambientais, afirma Tereza Cristina

Entrevista com
Tereza Cristina, ministra da Agricultura

Por *Andreza Matais e André Borges, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA – O agronegócio não precisa das terras da Amazônia para expandir sua produção no País. A afirmação da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, é feita em um momento em que o Brasil volta a protagonizar números recordes de desmatamento na maior floresta tropical do planeta, deixando a comunidade internacional em situação de alerta e expondo o País ao risco de perder investimentos.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/4/5/1/593881588554.jpg>

Tereza Cristina, ministra da Agricultura Foto: Dida Sampaio/Estadão

O agro, diz Tereza, tem crescido nas áreas já desmatadas e a Amazônia, com seu clima e terras diferentes das demais regiões, não é atraente, além de não contar com infraestrutura logística. “Não precisamos da Amazônia. E eu sou uma defensora intransigente de se zerar o desmatamento

ilegal”, disse, em entrevista ao Estadão.

A ministra diz que parte das críticas ao País está relacionada aos interesses comerciais e de concorrência, afirma que os bancos brasileiros deviam reduzir seus juros ao setor, em vez de criticar políticas ambientais do governo, e que o agro, em meio à pandemia, tem ampliado exportações e consumo interno.

Leia os principais trechos da entrevista:

Nos últimos dias, a China paralisou a importação de carne de alguns frigoríficos brasileiros. O que ocorreu?

Estamos respondendo a todos os questionamentos dos chineses. Não houve nada de errado com os frigoríficos, que estão testando todos os seus funcionários em relação à covid-19. Nós

tomamos aqui todas as precauções com as pessoas. Estamos conversando e explicando isso. Muitas vezes, acontece de os chineses não entenderem nossa legislação, não compreenderem como um Ministério Público pode, eventualmente, ser contra uma portaria do governo, por exemplo. Achem que é tudo a mesma coisa. Enfim, estamos trabalhando juntos, com o ministério da Saúde, Agricultura e Economia, para informar corretamente. Foi um mal entendido em relação a alguns trabalhadores que já estavam afastados, por causa da covid-19. O fechamento de uma planta, embora seja algo pontual, acaba mexendo com uma cadeia inteira que gira em torno daquela operação. Mexe com o pequeno produtor, o mercado de ração, de mão-de-obra, transporte, embalagem. Então, é algo que precisa ser rapidamente resolvido. Eles estão usando todas as barreiras de proteção e estão fazendo isso no mundo todo. Temos plena consciência de nossos protocolos, que são técnicos e rígidos. O que havendo, neste momento, são reflexos do aumento de demanda. O Brasil está sendo mais procurado, para ser supridor de mais alimentos do que já é.

Procurado por quem?

O Peru é um exemplo. A Tailândia é outro, a Indonésia. Hoje, procuram muito o Brasil não só em relação a carne e soja, mas também estão nos demandando para expansão de outros produtos, como gergelim, que algo que hoje produzimos pouco, mas que conseguimos agora abrir mercado com a Índia. Entre 2019 e 2020, foram abertos 67 mercados em 25 países diferentes, com diversificação de produtos e destinos. No caso da China, neste período, foram abertos os mercados para lácteos, miúdos de origem suína, carne bovina termoprocessada, farelo de algodão e melão. Habilitamos 38 estabelecimentos para exportar para aquele país.

Qual o impacto da covid no agronegócio?

De maneira geral, o setor tem crescido. Na área de proteína, por exemplo, tem crescido nesse momento, dentro e fora do Brasil. O consumo não caiu. No agro, a área de proteína é a que empregou mais gente. Eu penso que, no meio dessa tragédia, tem ocorrido uma coisa boa. As cidades, que desconheciam ou tinham esquecido a importância da agropecuária para o País, agora estão mais conectadas com o setor. Com a pandemia, o tema do risco do desabastecimento mexeu com as pessoas, que se sensibilizaram para a importância de ter um País bem abastecido, o que eleva muito o nível de segurança nacional. Somos autossuficientes em quase tudo.

A pandemia tem exigido mudanças de controle sanitário?

Cada vez mais, vamos ter mais exigências. O Brasil já tem padrões muito elevados. Além disso, não existe nenhuma informação no mundo de que exista covid-19 em alimentos, não há nenhum estudo no mundo que mostre isso. O Brasil já segue os protocolos mais rígidos das regras sanitárias e vai continuar assim, somos uma referência nisso.

O avanço do agronegócio sobre a Amazônia é uma realidade. A senhora acha que a agricultura precisa, de fato, entrar na Amazônia para aumentar sua produção?

Não precisa. Hoje, com as necessidades da população no Brasil e em todo o mundo, não precisa. E não se trata só disso. A Amazônia não tem logística para tirar produção. Você tem que fazer estrada, aumentar porto, ferrovia. A região não possui essa infraestrutura. Além disso, nossa tecnologia da agricultura foi feita para regiões como o cerrado, para o Sul e Sudeste. E essa tecnologia muda conforma a região. Plantar soja no sul de Campo Grande (MS) não tem nada a ver com a forma de plantar soja no norte do mesmo Estado. As variedades são outras, a luminosidade. Isso é tecnologia e não pode ser aplicada na Amazônia.

A comunidade internacional tem criticado duramente o aumento nos índices de desmatamento da Amazônia. O governo não deveria incentivar a produção fora dessa região?

Isso já é feito. E, hoje, a gente não precisa nem incentivar. Se você olhar o nosso desenvolvimento nesses últimos anos na pecuária, por exemplo, vai ver que o setor teve um aumento enorme de produtividade, mas não de área utilizada, e assim acontece com toda a agricultura. Nos últimos 40 anos, nossa área plantada cresceu 32%, enquanto a produtividade aumentou 385%. E isso se deve à pesquisa, à nossa tecnologia. O que a gente precisa ter é equilíbrio. As políticas públicas do ministério vão no sentido de incentivar a agropecuária moderna e sustentável, sem abertura de novas áreas de plantio. E isso tem ocorrido. A Embrapa mostra que apenas 12,8% do bioma Amazônia está ocupado pela agropecuária. Preservar o meio

ambiente é uma condição fundamental para o agricultor e ele está mais consciente disso. Antes, você ia para o campo e as pessoas desconheciam o assunto. Hoje, todos sabem da relevância disso, o produtor rural, o pequeno, ele sabe que, se fizer algo errado, isso terá consequências.

Como a senhora recebeu a carta das instituições financeiras internacionais, que criticaram o desmatamento no País?

Não sou muito ligada a críticas, o que eu acho é que a gente tem que resolver o problema. Mas acontece que, às vezes, existem outros interesses comerciais, que não são algo pontual e ligado só ao meio ambiente. Por que só o Brasil? Essa é a pergunta que a gente tem de fazer. Eu não tenho mais idade para acreditar em Papai Noel. Então, o que vejo é que existe uma desinformação, às vezes, sobre algumas coisas. O Brasil é um País continental. É preciso entender, inclusive o que é a Amazônia. A área da Amazônia Legal, por exemplo, inclui o Mato Grosso, que tem outros biomas, como pantanal e Cerrado. Então, a gente precisa começar a ter definições claras. Não podemos generalizar. Está tendo mais desmatamento? Está. Mas onde está ocorrendo esse desmatamento? O que é ilegal? Fora isso, é preciso entender que o Brasil é uma referência mundial no agronegócio. E depois que nós assinamos o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, os ataques começaram a subir de tom. Se antes estávamos com o farol no verde ou no amarelo, estamos no vermelho agora. O Brasil incomoda o Velho Mundo. Por quê? Porque somos um concorrente muito preparado nesse mercado. Que país no mundo produz até três safras por ano, numa mesma área? Ninguém tem isso.

A senhora atribui as críticas ambientais a essa concorrência nos setores?

Sabemos que tem uma parte política nisso, que é para se contrapor ao governo, e tem essa da concorrência, que incomoda muito o mercado europeu e os Estados Unidos. Nos cinco primeiros meses do ano, as exportações do agro somaram US\$ 42 bilhões, uma alta de 7,9% em relação ao mesmo período no ano anterior. Esse resultado foi puxado, principalmente, pelas exportações do complexo soja e de carne bovina para a China. Em 2020, a China adquiriu quase 73% da soja em grãos exportada pelo Brasil. Por outro lado, sabemos também que o próprio mercado financeiro passou a olhar o setor com outros olhos. O ministério lançou uma política financeira verde para a agricultura sustentável e capitalizar. Iniciativas como a Climate Bonds Initiative (CBI), que financia projetos verdes, têm o Brasil como principal referência mundial.

Mas as críticas ambientais não vêm apenas de fora. Os maiores bancos brasileiros, como Bradesco e Itaú, também alertaram sobre o assunto.

Entendo que eles tenham os motivos deles, eu quero entender. Agora, eu acho também que está na hora de os bancos brasileiros emprestarem para a agricultura com juros mais baratos, investirem na boa agricultura, moderna e sustentável, e não só o governo colocar dinheiro para baixar os juros. No Brasil, os juros são muito altos. Talvez, se esses recursos forem mais democratizados, melhore ainda mais. Eu convido o Bradesco, o Itaú, para apostarem na agricultura. Venham colocar linhas de crédito do tamanho que a agricultura precisa, que terão retorno, e o Brasil terá também seu retorno no meio ambiente. Nós lançamos linhas para quem tem processos produtivos sustentáveis, como bioinsumos, e estamos indo muito bem nisso.

A senhora acredita, então, que o governo é injustiçado quanto às suas políticas ambientais?

Eu acho que nós estamos errando, todos nós, na comunicação. Temos problemas? Sim, e é preciso tratá-los. Agora, você não pode demonizar uma atividade econômica forte como é o agronegócio, colocando todo mundo no mesmo balaio. Não é assim. O Brasil é um dos países que mais têm mata nativa em pé. O que nós precisamos é mostrar os dados corretos, ter essa análise de dados e uma melhor comunicação. Temos muitos bancos de dados espalhados, que falam de coisas de forma separada. Estamos fazendo um programa de integração e qualidade de dados. A agricultura não anda dissociada do meio ambiente. Isso é uma balela que criaram. O que não se pode é cometer exageros.

Quais exageros?

Temos que começar a trabalhar com base em ciência. Eu sou uma defensora intransigente de se zerar o desmatamento ilegal e da aplicação do nosso Código Florestal. A legislação exige, no caso da Amazônia, que os proprietários rurais preservem 80% da vegetação nativa. Essa posição foi e tem sido reiterada em pronunciamentos públicos sobre o assunto. Para o ministério, a

preservação do bioma Amazônia é fundamental para agricultura brasileira. E aqui entra a importância da regularização fundiária.

O governo foi derrotado na MP da regularização fundiária, também conhecida como a MP da grilagem. Qual o próximo passo?

Temos que avançar neste assunto, que é prioridade no ministério. Se você não souber quem é o dono, quem vai multar e fiscalizar? É preciso ter como responsabilizar. Hoje essa pessoa é excluída, está na informalidade total. O desmatamento é preocupante, mas também me preocupa muito a pobreza. Se um produtor está numa região em situação difícil e se ele, para sobreviver, precisar desmatar o que não deve e a política pública não chegar, ele vai fazer, é uma questão de sobrevivência. O nosso problema no Brasil hoje é fiscalizar esse imensidão.

Foram liberadas centenas de agrotóxicos recentemente. Ainda é necessário liberar mais defensivos?

Ainda estamos correndo atrás, sim, porque se criou uma fila quilométrica dessas substâncias. Existia um viés que não era científico, a ideia de que aprovar pesticidas era ruim. Isso é um avanço para o Brasil. A aprovação de genéricos é de substâncias que já estão aí. Na verdade, estamos quebrando royalties de grandes empresas. São remédios que ficaram na fila tanto tempo, que perderam as patentes. Tinha agrotóxico que custava R\$ 68 o litro e que hoje custa R\$ 5 o litro. No ano passado, 474 registros de defensivos agrícolas foram aprovados. Destes, 94% são produtos genéricos. Nós gostaríamos de ter mais moléculas novas, porque são menos tóxicas que aquelas que já estão no mercado.

Isso não prejudica ainda mais a imagem do setor no mercado internacional?

Então, tem uma série de mitos neste assunto, que precisam acabar. Esse é mais um. Na Argentina, batem panela para enaltecer o produtor, aqui a gente bate panela para escrachar o produtor. Tem que ter equilíbrio, porque esse assunto é científico, tem que ser tratado como ciência. Às vezes, a gente vê o Brasil sendo apontado lá fora como um País que está liberando mais substâncias etc. Nós estamos liberando o que os outros países já liberaram, e são genéricos que você pode usar com segurança, mas de maneira correta. Se eu colocar veneno de piolho em sua cabeça, pode ser que você se intoxique. Se eu colocar o que está na bula, é remédio. O Brasil usa menos agrotóxico que os americanos. O que eu vejo é que tem um pouco de tentativa de desconstrução do Brasil nisso, porque nós crescemos muito.

Há comentários de que a senhora poderia deixar o ministério. Qual é a situação da senhora hoje no governo?

O meu trabalho aqui é tão instigante, tão prazeroso. Eu nasci produtora rural. Meu pai era agrônomo, eu sou engenheira agrônoma, trabalhei a vida inteira com isso. Então, eu vejo aqui os desafios do que nós podemos caminhar e acelerar no campo da agricultura. Então, esses comentários todos, me perdoem... Eu sou tão envolvida no meu trabalho. Agora, tenho a noção de que isso aqui é um cargo de confiança, e que é do presidente. Se amanhã ele se irritar comigo ou eu tiver que fazer alguma coisa... Eu tenho, do presidente, um tratamento tão respeitoso. Todas as vezes que eu fui conversar com ele um assunto sério do ministério, tive o apoio dele, sempre, e às vezes, sobre temas que nem sabia se ele era a favor ou contra. Eu não tenho nenhum motivo hoje para estar desgastada com o governo. Aqui, tem muita coisa para fazer e, por enquanto, tem me dado muito prazer, porque sinto que as coisas estão andando e evoluindo.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 06/07/2020

CAPITAL RESISTE, MAS 38 DE 64 CIDADES JÁ ADERIRAM AO PROJETO DE CONCESSÃO DE SANEAMENTO NO RIO

Previsão de investimentos é de R\$ 33,5 bilhões; prefeitura do Rio questiona o modelo e entrou com ação civil pública na Justiça Federal do Estado

Por Vinícius Neder, O Estado de S.Paulo

RIO - Apesar da resistência da prefeitura do Rio, 38 das 64 cidades atendidas atualmente pela Cedae, a companhia estadual de saneamento, já aderiram ao projeto de concessão dos serviços de água e esgoto à iniciativa privada, como planejado pelo governo estadual. Para o secretário de

Estado de Desenvolvimento Econômico, Marcelo Lopes, com 38 municípios o projeto estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fica de pé, mas ajustes poderão ser necessários, incluindo a redução da previsão de investimentos – completa, a concessão exigirá R\$ 33,5 bilhões em obras.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/5/1518287614155.jpg>

38 das 64 cidades atendidas pela Cedae já aderiram ao projeto de concessão dos serviços de água e esgoto à iniciativa privada. Foto: Moises Saba

A adesão dos municípios é necessária, pois eles são os responsáveis pelos serviços de água e esgoto e, portanto, a autoridade que deve fazer a concessão. Esse papel foi reforçado com a aprovação do novo marco legal do setor, no fim de junho. No caso do projeto do Rio, desenhado conforme as regras anteriores ao novo marco, o

governo estadual será o responsável pela concessão, mas precisa do aval dos municípios.

A adesão das cidades deve ser feita antes do fechamento do edital, que está em período de consulta pública até 7 de agosto – até lá, haverá duas audiências públicas virtuais, uma nesta segunda-feira, 6; outra em 4 de agosto. Segundo o secretário Lopes, além dos 22 municípios da região metropolitana, outras 16 cidades já aprovaram legislações municipais para aderir ao projeto de concessão.

Somente depois disso o edital será lançado. O governo estadual prefere não estimar quando o edital poderá ser lançado, mas já trabalha com o “provável” adiamento do cronograma, que previa o leilão para selecionar os concessionários ainda em 2020, disse Lopes.

Por enquanto, a capital fluminense está dentro porque o projeto foi aprovado, em fevereiro passado, pelo Conselho Deliberativo da Câmara Metropolitana. A prefeitura do Rio foi derrotada na votação, que teve a participação de 17 dos 22 municípios da região metropolitana. No último dia 20, a prefeitura carioca entrou com ação civil pública na Justiça Federal do Rio pedindo a suspensão imediata do processo, mas ainda não houve decisão judicial.

A prefeitura reafirmou a intenção de questionar o modelo de concessão. “O procedimento licitatório da Cedae foi construído de forma ilegal, uma vez que se baseia numa legislação inconstitucional, que cria a Região Metropolitana e torna a vontade do Estado soberana à do Município. Esta norma retira da Prefeitura do Rio qualquer participação no processo e impede a autonomia municipal que é garantida pela Constituição Federal”, diz um trecho da nota enviada ao Estadão/Broadcast.

O governo estadual e o BNDES não veem risco de questionamentos judiciais atrapalharem o processo. Ressaltando que não conhece a causa específica, Daniel Engel, sócio da área de infraestrutura do Veirano Advogados, disse que há segurança jurídica nas decisões tomadas por entidades representativas das regiões metropolitanas, como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), desde que as decisões não tenham “vícios”.

Se uma ou outra cidade de menor porte ficar de fora da concessão, o projeto pode ir adiante. Sem a capital, porém, toda a lógica da concessão se desfaz, porque a concessão foi baseada num modelo de “subsídio cruzado”, comumente chamado no mercado de “filé e osso”.

Conforme o modelo, os 64 municípios atendidos pela Cedae foram divididos em quatro áreas. Incluída no grupo, a capital também foi dividida em quatro. Serão concedidos quatro blocos, cada um formado por um “filé” da capital (maior parte da receita com tarifas) e um “osso” das regiões mais pobres (população menor, com menos receita). Um mesmo operador por arrematar mais de um bloco. Leva quem pagar a maior outorga ao Estado e aos municípios. A Cedae não será privatizada, seguirá cuidando da captação e do tratamento da água. Os operadores privados ficam com a distribuição até os domicílios, a coleta e o tratamento do esgoto.

"Não faria sentido deixar município do Rio de fora. O projeto perderia a razão de ser", afirmou o chefe do Departamento de Concessões e PPPs do BNDES, Guilherme Albuquerque, ressaltando que o objetivo do modelo desenhado pelo BNDES é "não deixar ninguém para trás", tornando a concessão viável mesmo em cidades pequenas e pobres. "O benefício é muito grande. O investimento de R\$ 33,5 bilhões leva coleta de esgoto a 8,7 milhões de pessoas", completou o executivo.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 06/07/2020

'PLS DE MARCOS REGULATÓRIOS NO CONGRESSO PODEM DESTRAVAR INVESTIMENTOS', DIZ GUEDES

Ministro da Economia acredita que, nos próximos 60-90 dias, o País vai 'surpreender o mundo'

Por Simone Cavalcanti e Augusto Decker, O Estado de S. Paulo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que projetos que tramitam no Congresso podem deslançar investimentos para a retomada econômica do País após a covid-19. "Como destravar investimentos? O exemplo foi o Congresso, que aprovou o projeto do saneamento", disse ele em entrevista à CNN Brasil. "Agora vem a cabotagem, depois vem o setor elétrico, depois vem as concessões e privatizações. Todas essas são novas fronteiras de investimento. Tem também a fronteira de gás natural", completou.

Ele acredita que, nos próximos 60-90 dias, o País vai "surpreender o mundo" ao destravar investimentos, como surpreendeu ao aprovar a Reforma da Previdência.

Outra mudança necessária, de acordo com Guedes, é no setor de petróleo. "Se nenhuma das principais petroleiras do mundo compareceu ao leilão de concessão onerosa, tem alguma coisa errada", afirmou. "Vamos ter de mudar o sistema de partilha, pois não funciona como deveria", completou. Ele elogiou um projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que permite a escolha entre partilha ou concessão.

Essas mudanças seriam fundamentais, diz Guedes, porque, apesar de ter preservado os "sinais vitais" econômicos, o governo teria quebrado em nível federal, e segue rumo aos 100% da relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB).

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 06/07/2020

GUEDES DIZ QUE BRASIL DEVE APROVAR A REFORMA TRIBUTÁRIA EM 2020

Em entrevista à CNN Brasil, ministro da Economia deu detalhes de uma eventual proposta

Por Simone Cavalcanti e Augusto Decker, O Estado de S. Paulo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o Brasil deve aprovar uma Reforma Tributária ainda em 2020. Em entrevista à CNN Brasil, ele deu detalhes de uma eventual proposta. Disse que é necessário, por exemplo, a tributação de dividendos. "Queremos que a empresa acumule capital e que, quando esse capital seja transformado em dividendos para uma pessoa, essa pessoa pague mais", afirmou. "Às vezes um assalariado paga um Imposto de Renda alto e alguém que já é milionário ou bilionário não paga nada sobre os dividendos."

Ele afirmou que o programa seria de "substituição tributária", e que a intenção não é aumentar impostos, e sim ampliar a base de incidência. "É melhor ter bases mais amplas e cobrar alíquotas bastante baixas. Aí desonerando a mão-de-obra, o setor de comércio e serviços não reclama tanto do IVA". Ele disse também que é preciso escolher entre impostos sobre folha de pagamento e um de base mais ampla com alíquota menor.

Guedes disse que mandará propostas abrangentes e o Congresso decidirá os detalhes. O ministro chamou de "exploração política" quem diz que o governo não envia as propostas de reforma. "Estava tudo combinado (para as reformas). Faltou combinar com coronavírus, que

afetou a economia do País. De certa forma, é uma exploração política desagradável dizer que estou devendo reforma. Fora as interdições. Houve interdições de debates".

Preocupações

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que as principais preocupações do governo hoje são saúde, emprego e renda. "Ano passado, a principal preocupação fiscal era com gastos elevados e juros altos. Hoje, não é isso", disse ele em entrevista à CNN. "Hoje, os principais fatores são saúde, emprego e renda."

Guedes disse que o País precisa fazer um programa para "atacar frontalmente" o desemprego em massa. "São 38 milhões de pessoas que eram desempregadas e a covid-19 mostrou isso", afirmou, referindo-se às pessoas que não têm emprego formal e também não recebiam assistência.

Para o ministro, em dois ou três meses, a primeira fase do novo coronavírus deve passar e o Brasil passará a enfrentar principalmente os impactos econômicos da pandemia. "Em cálculos iniciais, cerca de 8 milhões de pessoas seriam realmente frágeis - com defeitos físicos, idosos, que vendem bala no sinal, com idade avançada. Essas pessoas têm de ser protegidas e se juntar ao Bolsa Família", afirmou. Quanto ao efeito econômico da doença, Guedes disse que o fato de o País não estar integrado a cadeias globais se tornou uma "benção" por não afetar tanto o Brasil economicamente durante a pandemia.

Sobre o auxílio a empresas, o ministro destacou a compra de debêntures conversíveis em ações que, depois, seriam vendidos.

De acordo com Guedes, mesmo com o investimento social forte - ele disse que o Brasil mobilizou R\$ 500 bilhões de recursos num espaço infraconstitucional -, o governo não escapa de seus princípios liberais. "Vamos seguir imperturbáveis na direção que seguíamos", afirmou. "Uma das principais razões para 40 milhões de brasileiros invisíveis não terem empregos formais é o excesso de encargos trabalhistas, legislação difícil, impostos excessivos. Não mudamos o diagnóstico. Vamos simplificar impostos, reduzir alíquotas de impostos sobre empresas", disse. "Da mesma forma, consideramos redução dos impostos sobre folha." Ainda sobre a questão tributária, Guedes declarou que nunca se debateu sobre CPFIM, e sim sobre tributar transações digitais.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 06/07/2020

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

GRUPO COSAN INICIA ESTUDOS PARA SIMPLIFICAR SUA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Objetivo é unificar e consolidar diversas ações em circulação ("free floats") das três companhias holdings: Cosan S.A., Cosan Logística S.A. e Cosan Limited (CZZ)

Por Ivan Ryngelblum e Ivo Ribeiro — São Paulo 03/07/2020 21h14 Atualizado

O que era esperado há um bom tempo por investidores em companhias brasileiras e acionistas finalmente parece que vai se concretizar. O grupo Cosan anunciou no início da noite que iniciou trabalhos para fazer a simplificação de sua estrutura societária, atualmente contando com três holdings —, todas com ações listadas em bolsas.



[https://s2.glbimg.com/Kd3OYiXYndwou3Khu86ueP S8iIQ=/0x0:806x446/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i .s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b3](https://s2.glbimg.com/Kd3OYiXYndwou3Khu86ueP S8iIQ=/0x0:806x446/984x0/smart/filters:strip_icc()/i .s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b3)

O conglomerado, com faturamento líquido consolidado de R\$ 73 bilhões no ano passado e entre os maiores conglomerados empresariais do país, tem atuação no agronegócio, com produção de açúcar e etanol, no varejo de combustíveis, na comercialização de gás canalizado, na geração de energia, em logística ferroviária e portuária e na fabricação de lubrificantes.

Atualmente, a Cosan é controlada pela CZZ (baseada nas Bermudas), que também controla a Cosan Logística. Ambas serão incorporadas pela Cosan S.A, que se tornará única holding do grupo e terá sob seu guarda-chuva todos os negócios: Raízen Combustíveis (mais controladas no Brasil e exterior) e Raízen Energia, Compass Gás & Energia, controladora da Comgás e Compass Comercializadora, Moove e Rumo. A concessionária de ferrovias, no atual organograma, é vinculada à Cosan Logística.

Pela proposta apresentada, o objetivo é unificar e consolidar diversas ações em circulação (“free floats”) das três companhias holdings. A expectativa também é de aumentar a liquidez das ações e destravar valor do grupo — reorganizado e consolidado. As ações da Cosan passam a ser detidas diretamente por todos os acionistas das três empresas.

A Cosan continuará sendo controlada pela Aguassanta, veículo de investimento da família do empresário Rubens Ometto, fundador do grupo.

Como parte da operação, a Cosan pretende emitir aos acionistas que detiverem ações da CZZ os recibos de ações (ADRs) ou as ações da Cosan negociadas na B3. No caso da Cosan Log, quem detiver seus papéis receberá ações da Cosan, que passará a ser a controladora direta da Rumo.

Segundo o comunicado da companhia, a operação apenas será concluída se o valor destinado ao direito de retirada dos acionistas de Cosan Log não prejudicar a estabilidade financeira de Cosan. Vai ser estabelecido um valor fixo máximo para o exercício do direito de retirada. Os acionistas de Cosan e CZZ não terão direito de retirada.

A Cosan informou também que pretende preparar as principais subsidiárias operacionais e co-controladas para eventuais ofertas públicas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês). O anúncio foi feito junto com comunicado do seu plano de simplificação da estrutura societária.

Segundo declarou a companhia, os IPOs visam dar acesso direto aos acionistas de seus principais negócios. Destacou, porém, que a viabilidade e o momento das ofertas de cada companhia são diferentes e a listagem dependerá de inúmeras condições que poderão ser alheias à vontade de Cosan. “No entanto, nossa intenção é estarmos preparados caso tais condições sejam satisfeitas”, afirmou no comunicado.

O prazo previsto para concluir a reorganização e simplificação da estrutura societária é de 180 dias, informou a empresa. Ressaltou, todavia, que vai depender das aprovações societárias e regulatórias da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da SEC (órgão americano do mercado de capitais), credores e fornecedores.

Até lá, serão constituído comitês especiais, independentes e transitórios, para negociar relação de troca de ações entre as três holdings. Esses comitês serão formados por pessoas não ligadas às administrações das companhias.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 06/07/2020

FT: IBERDROLA PLANEJA INVESTIR 10 BILHÕES DE EUROS POR ANO EM ENERGIA LIMPA

“Estamos num bom setor, num bom momento”, afirmou o presidente do conselho de administração e executivo-chefe da companhia, Ignacio Galán

Por Daniel Dombey, Financial Times — Madri



[https://s2.glbimg.com/6cpVq6p78u9cmDzzkRHp1FyuGGk=/0x0:960x640/924x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2cae4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/a/M/5bb81vTACAZ2vkC26Q0g/300ago-9.jpg](https://s2.glbimg.com/6cpVq6p78u9cmDzzkRHp1FyuGGk=/0x0:960x640/924x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2cae4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/a/M/5bb81vTACAZ2vkC26Q0g/300ago-9.jpg)

Foto : Angel Navarrete/Bloomberg

A Iberdrola planeja investimento recorde nos próximos anos, na aposta de que a recuperação da crise é uma oportunidade única para o setor de energia se transformar. A empresa, especializada em energia limpa e segunda maior de capital aberto na Espanha, investirá 10 bilhões de euros em 2020, uma quantia que o presidente do conselho de administração e executivo-chefe, Ignacio Galán, planeja manter nos próximos anos.

“Nos últimos anos, investimos, em média, cerca de 5 bilhões ou 6 bilhões de euros; neste ano, investiremos 10 bilhões de euros [...] em mais [fontes de energia] renováveis e na aceleração da construção de redes”, disse Galán, que comanda a empresa há 19 anos. “Não será muito diferente nos próximos anos [...] estaremos nesses patamares”, disse ao “Financial Times”. “Estamos num bom setor, num bom momento.”

O chefe da Iberdrola argumenta que o setor de energia limpa está entre os que se beneficiarão do fundo de 750 bilhões de euros de recuperação da crise do coronavírus proposto pela Comissão Europeia, que os líderes do bloco econômico discutirão em encontro na próxima semana.

Green Deal

“Todos querem sair da crise econômica o mais rápido possível e voltar-se a setores que possam rapidamente gerar empregos e tornar a economia mais competitiva e sustentável”, disse. “E há dois setores que oferecem isso e já são prioridade: o ‘Green Deal’ [da União Europeia] e a digitalização; e nosso segmento está envolvido em ambos.”

O executivo acrescentou que as redes de eletricidade precisam ser mais eficientes e ter maior digitalização, argumentando que a crise é mais um motivo para que se acelere a meta da UE, de chegar a 2030 com cerca de 60% das emissões de carbono registradas em 1990.

“Se pudermos acelerar os planos de energia nacional e de clima na Europa, poderíamos criar cerca de 2 milhões de empregos em todo o continente até 2025”, disse Galán.

O “Green Deal” europeu estima a necessidade de investimentos públicos e privados de pelo menos 1 trilhão de euros, mas o executivo acha que o setor não terá problemas para levantar as grandes quantias necessárias.

“No nosso setor, no presente, se houver estabilidade legal, estabilidade reguladora e retornos razoáveis, podemos levantar o dinheiro necessário”, disse, acrescentando que a Iberdrola levantou 11 bilhões de euros em bônus “verdes”, incluindo mais de 1 bilhão de euros durante a crise deste ano, a “taxas muito, muito baratas”.

A aposta da Iberdrola na energia renovável ajudou a tornar-se a segunda maior empresa de capital aberto da Espanha, com valor de mercado em torno de 66 bilhões de euros. É a segunda maior empresa de energia da Europa, atrás da italiana Enel.

O grupo incrementou os investimentos anuais em mais de 50% nos últimos dois anos em comparação aos 6,2 bilhões de euros investidos em 2018, contrastando, por exemplo, com as empresas do setor de petróleo e gás, que, pressionadas pelas baixas cotações de ambas as commodities, têm cortado investimentos em bens de capital.

A Iberdrola tem presença no Reino Unido, onde é dona da Scottish Power, atualmente uma empresa 100% de energia eólica, nos Estados Unidos, onde sua unidade Avangrid é a terceira maior operadora de energia eólica, no Brasil e no México.

Novos projetos

Entre os grandes investimentos previstos para este ano e o próximo estão um empreendimento conjunto de US\$ 2,8 bilhões em uma fazenda de energia eólica marítima nos EUA, um projeto de armazenamento de energia hidrelétrica em Portugal de 1,5 bilhão de euros e um projeto de energia solar de 300 milhões de euros na Espanha, que deverá ser o maior da Europa.

Galán disse que a empresa pratica o que ele chama de “fusões e aquisições de operações por desenvolver”, que consiste em comprar grupos menores para expandir a infraestrutura em torno a eles, como tem feito nos EUA nos últimos anos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 06/07/2020

SAIPEM FIRMA CONTRATO DE FORNECIMENTO DE US\$ 325 MILHÕES COM A PETROBRAS

Empresa será responsável pelo sistema de tubulação que leva o petróleo do poço até a plataforma no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos

Por Rodrigo Polito, Valor — Rio

A Saipem arrematou contrato para fornecer um sistema submarino de “riser” rígido para o projeto da Petrobras no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, informou hoje a companhia. O valor do contrato é de aproximadamente US\$ 325 milhões.



[https://s2.glbimg.com/5wXn218zPQ6Q5FneNZxlz_Ncfbg=/0x0:600x450/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/N//Dd5eo1SQakPLCmWoX83A/plataforma-p75-no-campo-de-buzios-pre-sal-bacia-santos.png](https://s2.glbimg.com/5wXn218zPQ6Q5FneNZxlz_Ncfbg=/0x0:600x450/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/N//Dd5eo1SQakPLCmWoX83A/plataforma-p75-no-campo-de-buzios-pre-sal-bacia-santos.png)

Plataforma Petrobras no campo de Búzios, pré-sal da Bacia de Santos — Foto: Divulgação/Petrobras

O riser é uma tubulação que leva o petróleo ou o gás natural do poço até a plataforma. No caso de Búzios, o sistema será instalado em lâmina d'água de 1.537 a 2.190 metros, segundo a Saipem.

De acordo com a empresa, o sistema geral de produção de Búzios-5 prevê a interconexão de 15 poços à plataforma em duas fases.

Com atuação em mais de 70 países, o grupo italiano tem mais de 35 mil funcionários e atua como fornecedor do setor de energia com experiência em grandes projetos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 06/07/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

AVANÇA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TELEMETRIA NO PORTO DE IMBITUBA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05/07/2020 - 19:59



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200705-telemetria.jpg>

A SCPAR Porto de Imbituba deu início à instalação de 24 medidores remotos de energia elétrica no porto. Os equipamentos fazem parte do sistema de telemetria, que permitirá monitorar, à distância, o consumo de energia das instalações sob gestão da Autoridade Portuária e aquelas utilizadas por terceiros, como áreas arrendadas, por exemplo. A etapa seguinte do projeto consiste

na instalação do software de monitoramento e do sistema de comunicação via rede sem fio.

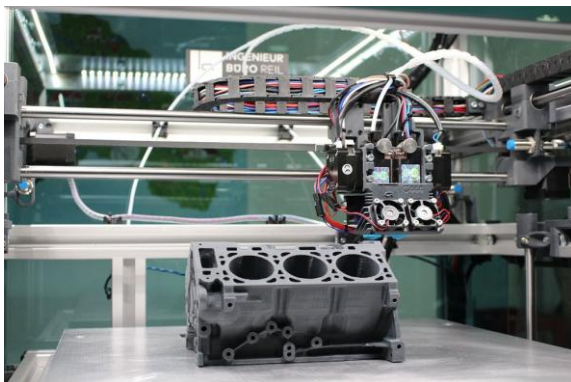
A previsão é que o sistema de telemetria entre em operação no fim deste mês. Assim, as informações coletadas passarão ser enviadas automaticamente para o Setor de Obras da SCPAR Porto de Imbituba, agilizando a medição e controle. “O projeto é vital para o aumento da confiabilidade das instalações elétricas e um grande passo na melhoria da qualidade do serviço de energia elétrica fornecida aos operadores e arrendatários”, avalia Paulo Sérgio Gonçalves, técnico em elétrica da Autoridade Portuária.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/07/2020

IMPRESSÃO 3D NO SETOR NAVAL

Por Karolyne Gomes ESTUDO E PESQUISA 05/07/2020 - 19:51



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200705-impresao-3d.jpg>

Os navios sempre incorporaram novos métodos de fabricação de suas partes estruturais, desde a quilha até a superestrutura. A substituição de estruturas de madeira para estruturas de aço no século XIX foi o fator fundamental para adquirirmos navios com maior resistência estrutural, possibilitando maior quantidade de trânsito de cargas e pessoas. Do século XIX até os dias de hoje, diversas tecnologias foram inseridas, trazendo melhorias para as

embarcações: melhor operacionalidade, navegabilidade, habitabilidade, proteção e etc.

No que tange à construção de navios e fabricação de navipeças, a simulação e modelagem são realidades, otimizando projetos, reduzindo tempo e custo, trazendo maior confiança nos resultados obtidos. Diversos softwares são utilizados para a elaboração de projetos de embarcações como, por exemplo, o AutoCad da empresa Autodesk Inc, comercializado pela primeira vez em 1982 e disponibilizando a ferramenta de impressão 3D na versão AutoCAD 2010 (Release 18.0) lançada em 2009. Ainda na área de desenvolvimento de projetos destaca-se também o Rinoncheros 3D desenvolvido por Robert McNeel & Associates além do software específico para modelagem tridimensional de cascos, o MAXSURF, comercializado pela empresa Bentley Systems .

A materialização dos projetos se tratando das partes metálicas ainda passa por processos de fabricação que exigem custo e tempo, utilizando técnicas clássicas de fundição, extrusão, laminação, soldagem, entre outros. Há tendência de substituição dos processos de fabricação clássicos para maior automação, como é o caso da maior construtora naval do mundo, a Hyundai Heavy, que afirma estar projetando e testando robôs para serem utilizados no dobramento de chapas, soldagem e pintura das embarcações.

Com a criação de impressoras 3D, os projetos elaborados tridimensionalmente em softwares podem ser materializados diretamente, a realidade da fabricação de partes constituintes dos

navios está mudando, essa técnica é considerada fabricação aditiva, pois o produto é formado através da deposição de material.

Existem impressoras 3D especializadas em impressão de pequenas peças de reposição até impressoras especializadas em impressão de objetos considerados grandes. Um exemplo bem sucedido de impressão 3D no setor naval foi a fabricação do primeiro hélice 3D pelo laboratório holandês RAMLAB. O protótipo pesa 400 kg e possui 1,30m de diâmetro, composto de uma liga de níquel, alumínio e bronze e se chama WAAMPeller. O segundo hélice, impresso a partir do projeto do protótipo WAAMPeller, foi instalado em um reboque "Damen Stan Tug 1606", foram feitos testes operacionais quanto à velocidade, tração e paradas. Os resultados mostram um comportamento semelhante a um hélice convencional, o que é positivo para um desenvolvimento mais rápido e posterior fabricação de outros hélices.

Outra experiência recente bem-sucedida com impressora 3D no setor naval foi a impressão do primeiro casco submersível desenvolvido pelos Departamentos de Energia e Defesa dos EUA com o apoio da academia e da indústria. O protótipo foi construído em apenas 4 semanas e é composto de fibras de carbono, considerado um "Demonstrador de tecnologia tripulada opcionalmente". Os custos de sua fabricação foram 90% menores do que os custos de uma fabricação do casco de um SEAL Delivery Vehicle (SDV) convencional. A próxima fase do projeto consiste em criar um segundo protótipo que será testado em condições parecidas com as que navios e submarinos encontram em mar aberto.

Tratando-se do cenário nacional houve recentemente a implementação da impressora 3D no Departamento Industrial no Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN) promovida pelo capitão de fragata (FN) Baroni, terceiro-sargento Victor Hugo e cabo Mateus com o objetivo de reduzir mão de obra, custos e agregar tecnologia à organização militar. A partir das necessidades das oficinas e seções que integram o CTecCFN, ocorre o processo de modelagem e posteriores impressões para testes até se chegar ao modelo final.

Destaca-se, também em território nacional, o artesão Carlos Eduardo Mariano do Atelier Naval. Mariano constrói modelos de embarcações reduzidas utilizando a impressão 3D para a concepção de cascos, conveses e superestruturas, além de outras técnicas como a usinagem CNC. O uso de modelos é um agregador de valor à venda das embarcações em salões náuticos, pois permite a visualização da embarcação em modelo reduzido, utilizando mesmas formas, texturas e cores do objeto real, fatores importantíssimos para quem quer conquistar clientes neste setor. Empresas como Azimut Yachts, Sessa Marine, Intermarine e Riostar solicitam modelos a Mariano frequentemente, o que comprova a qualidade de seu trabalho.

Os avanços da impressão 3D são inegáveis para o setor naval, as vantagens são o uso de menor quantidade de material, pois não há necessidade de retirada de material para acabamento, possibilidade de fabricação de peças mais complexas, possibilidade de mudança rápida no design da peça, redução da quantidade de resíduos, possibilidade de impressão da peça nas imediações do local em que será utilizada, reduzindo custos com transporte, menor quantidade de espaço utilizado em estaleiros com estoque de peças, além de economia com gastos e com armazenamento. O ganho de tempo utilizando impressoras 3D para fabricação de modelos em escala reduzida no setor náutico coloca quem investe neste tipo de fabricação aditiva em vantagem, pois se trata de um setor que exige constantes inovações.

Desafios também são encontrados. Como a deposição do material é feito em camadas, ocorre frequentemente que as propriedades das peças não são uniformes como nos processos de fabricação clássica. Tratamento térmico ou usinagem da peça podem ser necessários para a obtenção das propriedades necessárias, os custos deste tipo de fabricação ainda são altos em relação às fabricações clássicas e existem limitações em relação ao tamanho das peças. É importante analisar o projeto das embarcações que pretendem utilizar impressoras 3D a bordo no que tange fornecimento de energia, armazenamento de matéria prima e condições para tratamentos pós-fabricação.

É importante equilibrar vantagens e desvantagens, visto que com a cada vez mais acirrada concorrência no mercado mundial e a pandemia iniciada neste ano de 2020, que diminuiu o

trânsito de cargas e pessoas, devem ser considerados a redução de custos e do tempo de fabricação, alinhados à agilidade da entrega de peças e vantagens de proximidade entre locais de fabricação e utilização. Neste cenário ganha quem conseguir produzir o maior número de peças com alto nível de qualidade em menor tempo, estando, assim, apto para concorrer num mercado cada vez mais tecnológico.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/autores/200705-karolyna-gomes.jpg>

Karolina Gomes Karolyna Gomes é estudante de Construção Naval pela Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO), aluna de iniciação científica no Laboratório de Processos Industriais e Nanotecnologia (LPIN) da mesma universidade, orientada pela professora Dra. Neyda Om Tapanes. Constrói também grupo de estudos sobre Abandono de Embarcações, orientado pelo professor Dr. Newton Narciso, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/07/2020*

PETROBRAS CONSIDERA UNIDADES DE LIQUEFAÇÃO EM MAR PARA GÁS DO PRÉ-SAL

Da Redação ECONOMIA 05/07/2020 - 19:22

A Petrobras considera a instalação de unidades de liquefação em alto mar entre as opções para escoar a crescente produção de gás natural do pré-sal, disse a gerente de Emissões e Mudanças do Clima da empresa, Viviana Coelho, em uma webinar nesta sexta-feira.

Segundo ela, as unidades de GNL podem ser uma alternativa para o gás natural associado à produção de petróleo do pré-sal.

Não foi mencionado se um possível programa possui cronograma. Atualmente, a Petrobras depende de gasodutos para transportar gás natural de campos marítimos para a costa, onde é processado.

A falta de infraestrutura para transportar o gás natural produzido em mar é vista como uma possível limitação para o aumento da produção de petróleo no pré-sal, de acordo com a Petrobras.

Os reservatórios do pré-sal já respondem por dois terços da produção brasileira, apenas pouco mais de uma década após sua descoberta, e o percentual deve continuar crescendo. Uma pequena porção do gás é queimada nas plataformas por meio do processo de “flaring”.

O Brasil possui uma legislação rígida que limita o “flaring”, forma mais barata para empresas lidarem com gás natural não utilizado e fonte relevante de emissão de gases causadores do efeito estufa. A Petrobras planeja zerar a queima rotineira de gás, já baixa comparativamente com outras petroleiras, até 2030, disse Coelho na apresentação.

O processo de queima libera metano, e a Petrobras visa diminuir as emissões de gases de efeito estufa da companhia em de 30% a 50% até 2025, acrescentou ela.

A empresa utilizou 97,6% de seu gás natural em maio, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Uma porção significativa é reinjetada no solo para controlar a pressão das reservas e aumentar a produção de petróleo, disse a Petrobras. O restante é produzido ou queimado.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/07/2020*

PANDEMIA E BR DO MAR DESPONTAM COMO PRINCIPAIS DESAFIOS DA INDÚSTRIA NAVAL NO PAÍS

Por Dérika Virgulino INDÚSTRIA NAVAL 05/07/2020 - 18:00



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/160829-industria-naval.jpg>

Arquivo

Construção no setor de apoio marítimo sofreu mais com a pandemia do que navegação interior e apoio portuário.

A depender do mercado de atuação, a pandemia do novo coronavírus impactou de forma distinta os estaleiros brasileiros. Enquanto construções voltadas ao atendimento do agronegócio tiveram prosseguimento, projetos de barcos de apoio marítimo, por outro lado, sofreram reduções motivadas também pela queda no preço do petróleo. Mas além de lidar com as incertezas da crise sanitária, a indústria naval vem enfrentando a possibilidade de ter reduzido os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), principal subsídio para o setor, caso o projeto BR do Mar do governo federal seja aprovado.

De acordo com o diretor do Estaleiro Rio Maguari, Fabio Vasconcellos, com a “pujante” produção do agronegócio, a construção naval ligada a este setor não foi afetada pela pandemia. Ele afirmou que não houve descontinuidade dos projetos em andamento nem adiamentos em razão da crise sanitária. Além disso, ele lembrou que a característica de longo prazo dos projetos de construção naval possibilitou sua continuidade sem que fossem sentidos os efeitos da pandemia.

Vasconcellos destacou, portanto, que as perspectivas para o setor de construção naval relacionadas à navegação interior que atuam com o agronegócio e apoio portuário são boas, com demandas sempre permanentes. Ele informou que o estaleiro está construindo no momento dezenas de embarcações para o agronegócio da região do Arco Norte, o que vem ampliando “discretamente” a oferta de empregos se comparado com o final do ano passado.

Entretanto, segundo Vasconcellos, o que preocupa o setor é a eminente aprovação do projeto BR do Mar que visa, entre outros aspectos, maior abertura para o afretamento de navios e a redução do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) do longo curso, uma das principais receitas do FMM. “O maior receio concentra-se na perspectiva de mudanças significativas nas regras de afretamento, importação e no FMM, com potencial catastrófico para o setor. Muito mais devastadora do que qualquer pandemia”, criticou. Ele afirmou que a expectativa em torno da proposta do governo está deixando alguns projetos em compasso de espera para uma reavaliação.

O segmento de apoio marítimo, por sua vez, sentiu de forma negativa os efeitos da atual crise. O gerente industrial do Estaleiro São Miguel, Bruno Pereira da Silva Campos da Costa, afirmou que com a queda do consumo e do preço do petróleo houve redução da produção de algumas empresas petroleiras. Isso acarretou na diminuição da quantidade e no valor das tarifas dos barcos de apoio. Ele explicou que a consequência disso é que o mercado de reparos e manutenção sofrerá uma redução até que se restabeleça o consumo, assim como o preço do petróleo.

“Não acredito em novas construções até que a oferta versus demanda de embarcações seja equacionada. No momento ainda existe excesso de oferta de barcos de apoio marítimo no mercado nacional”, afirmou Costa. De acordo com ele, Existem projetos esporádicos de embarcações que não estão ligadas ao setor de óleo e gás, porém, com prazos curtos, o que não garantem uma constante produção e estabilidade. Ele disse ainda que essas encomendas empregam uma quantidade razoável de pessoas, mas não garantem, no longo prazo, o custo fixo de manutenção de uma equipe treinada e qualificada. “A mobilização e desmobilização para construções tem um custo relevante. A solução tem sido focar na terceirização”, disse.

Em curto prazo, o presidente do Estaleiro Arpoador Engenharia, Marco Santarelli, acredita que o pós-pandemia levará a uma confirmação pela Petrobras de investimentos na produção offshore em níveis similares ao planejados na pré-pandemia, com vistas à retomada da demanda. Segundo ele, neste cenário, a construção de embarcações especializadas de apoio marítimo

deverá ser reiniciada para que estejam disponíveis para a chegada das unidades de produção avançadas.

De acordo com Santarelli ainda, o crescimento da movimentação nos portos também acena para uma retomada da construção de barcos de apoio portuário, que já apresenta encomendas de rebocadores. Ele acredita que haverá possibilidade de mercado para a maior parte dos segmentos de embarcações, mas que todos devem se adaptar ao que ele chamou de “novo normal” da indústria, sobretudo no apoio marítimo. Segundo ele, o mercado deverá buscar soluções mais limpas e eficientes, além de desenvolver novas opções de propulsão e automação tanto na operação, quanto nas construções, diminuindo a exposição humana a atividades de risco. Assim, para ele, embarcações de alto custo operacional e assinatura de carbono deverão ser substituídas.

Santarelli informou que o estaleiro iniciou o ano com quatro contratos para a construção de barcos especializados para apoio a atividades de mergulho e ROV's, dos quais dois obtiveram prioridade aprovada na 42º Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), final de 2019. Os outros dois estão na pauta da 44º reunião. De acordo com ele, essas encomendas devem elevar o estaleiro a um nível de contratação similar aos seus melhores momentos.

Apesar das boas perspectivas, ele ressaltou também que o efeito da pandemia obrigou os armadores a agirem com justificada cautela diante de novas contratações e a aguardar uma definição mais clara das demandas no contexto de pós-pandemia para, então, dar início às novas construções.

Santarelli destacou ainda que, apesar de verificar que o FMM e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) vêm cumprindo a função de incentivar a indústria naval no Brasil, com juros e prazos atrativos, bem como apoiar projetos inovadores, seria importante que houvesse também uma política “mais cuidadosa” de estímulo ao conteúdo local.

Para Costa, do São Miguel, uma das maiores contribuições para a indústria naval no país seria a retirada do excesso de burocracia e impostos. Além disso, ele entende que as normatizações das regras de trabalho, estabelecidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) também trouxeram ineficiência e custos para a indústria naval. Segundo ele, são essas as razões pelas quais o país Brasil não consegue competir com países asiáticos. “Os incentivos devem ser focados no modelo americano de fomento, onde o Estado apenas entra com o aval e a indústria opera com bancos e agentes privados de fiscalização”, opinou.

Vasconcellos lembrou a importância da indústria naval na construção de empregos, sobretudo em um momento de crise como o atual. “A construção naval é um setor de mão de obra intensiva e gera pelo menos quatro vezes mais empregos indiretos na cadeia produtiva”, disse. Porém, ele acredita que, para isso, seria muito importante que o governo avalie os termos previstos no BR do Mar para que não haja uma desindustrialização de um setor que funciona muito bem nessas áreas como navegação interior e apoio. Ele defende que o FMM seja mantido como principal fonte de financiamento do setor, “cujos recursos não são do tesouro, mas sim, provenientes da própria iniciativa privada e utilizado pela iniciativa privada de maneira eficiente, séria e produtiva”, frisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/07/2020